



ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL Data: 2016/04/19

Acta n.º 04/RH//2016

Hora: 10h00

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de assistente técnico (Logística), do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública.

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 2985/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 47 - 07 de Março de 2016
BEP - OE201603/0094.

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças dos SSPSP;
1.º Vogal Efetivo - Elsa Cristina Correia Martins Técnico Superior do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão dos SSPSP;
2.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Garcia da Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP.

1. Apreciação e deliberação sobre as alegações apresentadas em sede de audiência prévia.

Realizada a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril verificou-se que quatro candidatos, exerceram o direito de participação de interessados, dentro do prazo legalmente fixado, nos termos dos documentos em anexo, como sendo:

1. **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida Mendes;**
2. **Sérgio Filipe da Silva Castanheira;**
3. **Bernardete Luis da Silva Farinha;**
4. **João Luis Aguiar Marques Salsa.**

Sobre as alegações apresentadas, pelos **três primeiros candidatos** o júri deliberou, por unanimidade, manter a decisão de excluir **os candidatos** considerando os seguintes fundamentos:

I - Prevê o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que a tramitação do procedimento concursal, incluindo a do procedimento destinado a constituir reservas de recrutamento em cada órgão ou serviço ou em entidade centralizada, é regulamentada por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração Pública.

II - Essa regulamentação está assim prevista na Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.



III - Efectivamente, a alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, sob a epígrafe “*Publicitação do procedimento*”, refere que a publicação integral contem, designadamente, elementos como, a indicação sobre a necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público e, em caso afirmativo, sobre a sua determinabilidade.

IV - Tal não foi referido no aviso de abertura do procedimento concursal, pois o órgão competente para autorizar a abertura do procedimento concursal, atendeu que o disposto no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, era imperativo e que prevalecia sobre toda a legislação específica, que refere que “... os serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como os órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público e respectivos órgãos de gestão e dos outros órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, sem prejuízo do disposto no número seguinte.”

V - O n.º 2 do citado artigo refere que “em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;
- c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou o organismo que pretende efetuar o recrutamento.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

X - ***Excluindo desta previsão os candidatos*** que se encontrem ao abrigo do disposto no artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, e no n.º 8 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, durante o ano de 2015.

XI - Estes são candidatos não possuem "... relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida, **mas é admissível a sua candidatura.**

XII - Face ao que antecede, e sem os serviços estarem munidos de despacho autorizador que lhe permitisse recrutar trabalhadores sem ***vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a sua aceitação por efeitos de realização dos métodos de selecção, é ilegal, considerando que legalmente os serviços não o podem fazer, e nem nunca foi sua intensão.***

XIII - Note-se que na dúvida, e antes de concorrerem, poderiam os interessados questionar os serviços, caso tivessem alguma dúvida sobre o assunto, pois é dever da administração prestar todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão dos documentos administrativos, não havendo contudo nenhum pedido de esclarecimento sobre este assunto.

Relativamente ao alegado pelo candidato **João Luís Aguiar Marques Salsa**, o júri deliberou, por unanimidade, admitir a sua candidatura considerando que procedeu ao envio dos documentos conforme elencados nos pontos 9.3. e 9.4. do Aviso de Abertura, nomeadamente o CV assinado e a declaração de conteúdos funcionais atualizada, estando tal faculdade prevista no artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo.


2. Lista definitiva dos candidatos excluídos

Apreciada e deliberada sobre a alegação apresentada por um candidato excluído, o júri aprovou, por unanimidade a lista definitiva dos candidatos excluídos ao presente procedimento concursal apensa ao anexo único a esta ata.

O júri deliberou ainda notificar os candidatos excluídos da lista de candidatos admitidos e excluídos, nos termos do n.º 6 do artigo 31.º, conjugado coma a alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril

3. Convocação dos candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos

Por fim, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e em cumprimento do calendário constante da ata n.º 2, o júri deliberou notificar os candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos a realizar dia 02/05/2016, pelas 14h30, na Sede dos SSPSP sita na Rua de Xabregas, n.º 44, 1949-017 Lisboa.


Q

VI - Tal possibilidade de recurso a candidatos que não possuísem um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, teria que ser precedida de um despacho autorizador, que esse sim, conforme decorre do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, teria que constar no aviso de abertura, referindo a norma deste artigo que a publicação integral contém, ***“...a indicação do parecer dos membros do Governo, quando possam ser recrutados trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida.”***

VII - ***Conforme decorre do n.º 2 do artigo*** artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, à data da abertura do procedimento concursal, não se tratava de um mero parecer mas de um despacho autorizador, situação que não foi prevista, pois não era intensão destes serviços. Recrutar trabalhadores sem ***vínculo de emprego público por tempo indeterminado.***

VIII - A expressão da obrigatoriedade ***vínculo de emprego público por tempo indeterminado*** não foi referida no aviso de abertura, uma vez que o artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, prevê que nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento efetua-se, sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

- a) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido;
- b) Candidatos aprovados, sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de vínculo, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;
- c) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores no Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central e no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;
- d) Candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

IX - Dispondo no entanto o n.º 2 do referido artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.

Rita Raymundo Jório
Presidente do Júri

Antonio
1.º Vogal Efetivo

Maria Cruz
2.º Vogal Efetivo

Handwritten signature and initials

Anexo Único

Lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos

N.º de candidato	Nome	Deliberação do Júri	Fundamento Legal	Método de seleção
1	CLAUDIA DANIELA NANDE COSTA	EXCLUÍDO	c)	N.a.
2	SERGIO FILIPE DA SILVA CASTANHEIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
3	JACINTA MARISA MAGALHAES DE CARVALHO GALHANO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
4	CATARINA ISABEL ANTUNES COUCEIRO LOURENÇO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
5	NUNO MIGUEL DA SILVA CABEÇAS	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
6	CATARINA ISABEL MADEIRA DA CONCEIÇÃO NUNES CARDOSO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
7	DIANA RAQUEL RODRIGUES COSTA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
8	MIGUEL ALEXANDRE MENDES SOBREIRA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
9	HELENA MARIA VIEIRA DOS SANTOS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
10	DANIELA FERNANDES SIMAO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
11	JOAO ANDRE CARDOSO MARQUES MANO DE MESQUITA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
12	TELMA FILIPA DIAS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
13	ALGERINA SONIA MENESES BAPTISTA SOUSA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
14	JEREMIAS FERNANDES TAVARES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
15	CATIA ISABEL MARTINS LAMPREIA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC



Handwritten signature and initials.

16	GONÇALO AFONSO DE OLIVEIRA CORCEIRO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
17	MARINA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
18	MAFALDA DE SOUSA FERREIRA SIMÕES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
19	CARLA FILIPA RIBEIRO RODRIGUES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
20	TERESA MARIA PINTO MONTEIRO ALMEIDA MENDES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
21	MARIA MADALENA PATRICIO ANTUNES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
22	JOAO LUIS AGUIAR MARQUES SALSA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
23	MAFALDA VALADAS CODER BARBOSA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
24	MARIA IRENE CARVALHO DIAS	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
25	FILIFE MIGUEL NETO EUSÉBIO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
26	CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
27	SÂNZIA MARIA CESÁRIO DOS SANTOS HENRIQUES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
28	ANDRE FREITAS LOGRADO DE FIGUEIREDO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
29	VANESSA RITA SOARES DELGADO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
30	TERESA PAULA MADRUGA DA GRAÇA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
31	MARIA JOANA FERRÃO SCOSS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
32	MARIA DO CARMO MARQUES PEREIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
33	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SEVERINO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC

Handwritten signature and initials

34	CELIA MARIA MARQUES AZEVEDO MENDES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
35	CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
36	SUSETE ALEXANDRA ALBINO BILRO	EXCLUÍDO	b)	N.a.
37	SONIA MARLENE DA SILVA TELES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
38	BERNARDETE LUIS DA SILVA FARINHA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
39	VANESSA ALEXANDRA CARVALHO FERREIRA DE SOUSA GOUVEIA	EXCLUÍDO	a)	N.a.

Legenda dos motivos de exclusão:

- a) Candidatos não detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.
- b) Não tendo estes Serviços solicitado parecer prévio favorável aos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e Administração Pública, são excluídos os trabalhadores das administrações regionais e autárquicas, por força do disposto no n.º 1 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro.
- c) Não envio dos documentos conforme elencados nos pontos 9.3. e 9.4. do Aviso de Abertura.

N.a.= Não aplicável

PC = Prova de conhecimentos



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

BEP-OE201603/0094/Aviso n 2985/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do
candidato:

S é r g i o F i l i p e d a S i l v a

C a s t a n h e i r a

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico

Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Secção de Logística da Área de Administração de Finanças dos SSPSP

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Admissão a concurso - apreciação de candidaturas

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

O requerente, notificado por correio electrónico - mensagem recebida em 1 de Abril de 2016 - da sua exclusão da lista de candidatos admitidos ao concurso publicado em DR, 2a série - n.º 46, de 7 de Março de 2016 - Aviso n.º 2985/2016 - vem pelo presente apresentar a sua reclamação quanto ao motivo alegado para a sua exclusão: «a) Candidatos não detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida».

Porquanto, o aviso de abertura em questão, nomeadamente no seu número 7 «requisitos de admissão» não prevê esse requisito - que, de resto, a ser requisito determinante, deveria constar da publicação do concurso de forma clara, conforme se prevê, entre outros, na alínea f) do n.º 2 do art.º 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Mormente, com o devido respeito, e salvo melhor opinião, a verificação dos requisitos gerais e específicos dos candidatos - conforme refere a ACTA n.º 03/RH/2016, de 2016/03/31 - não se pode resumir aos pontos 9.3 e 9.4 do aviso de abertura.

Mais, o ponto 9.4 aplica-se a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público; já por sua vez, o ponto 9.3, aplicar-se-á quer a quem seja titular desse tipo de relação jurídica, quer a quem não o seja; de contrário, não faria sentido a existência destes dois números, tão pouco, a redacção da primeira parte do ponto 9.4 que refere que «os candidatos titulares de relação jurídica de emprego público, para além dos elementos [...]» enfase nossa no "para além", que faz supor que aos restantes candidatos não se aplica este "dever".

Face ao exposto somos muito respeitosamente a submeter à apreciação da Exma. Sra. Presidente do Juri a admissão a concurso do candidato acima identificado.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada,

Aguarda deferimento,

Sérgio Costa

DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Aviso 2985/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do
candidato:

TERESA MARIA PINTO MONTEIRO

ALMEIDA MENDES

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Sessão Logística

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Verificação dos requisitos gerais e específicos

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Venho por este meio contestar o motivo de exclusão do meu candidatura do procedimento concursal publicado no aviso 2985/2016 no Diário da República.

De acordo com o ponto 9.3 do presente aviso que indica os documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura, sob pena de exclusão, não há nenhum que exija comprovativo de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido.

Só no ponto 9.4, e excepcionalmente, para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público são solicitados adicionalmente declarações emitidas pelo organismo ou serviço onde os candidatos exercem funções.

Assim sendo e para formalizar a candidatura venho entregar os documentos solicitados no ponto 9.3.



O facto de não ter relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado não é motivo de exclusão de minha condic-
dehene.

Teres Stendes

DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____



Adm. 302

Entidade nº 3205/59/2016

Data 8/4/2016

Recebido em / /

Assinatura

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

Aviso nº 2985/2016

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do
candidato:

J o ã o L u í s A g u i a r M a r q u e s

S a l s a

PROFISSÃO

Carreira Assistente Técnico

Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Administração e Finanças

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Audiência Escrita dos Interessados

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Exm^a Sr^a Presidente do Juri

Na sequência da minha candidatura e em virtude de ter sido excluído, venho apresentar o meu Curriculum Vitae assinado, o qual não havia sido no acto da entrega inicial. Apresento também a Declaração de Conteúdo Funcional autenticada pelos Serviços de Recursos Humanos do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE.

Cordiais Cumprimentos
Lisboa, 08 de Abril de 2016

Blank lined paper with horizontal ruling lines.

DISSEMINATION

Indeferimento

Fundamentação da decisão

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

O Júri

1000 0 10000 20000 30000 40000 50000 60000 70000 80000 90000 100000 110000 120000 130000 140000 150000 160000 170000 180000 190000 200000 210000 220000 230000 240000 250000 260000 270000 280000 290000 300000 310000 320000 330000 340000 350000 360000 370000 380000 390000 400000 410000 420000 430000 440000 450000 460000 470000 480000 490000 500000 510000 520000 530000 540000 550000 560000 570000 580000 590000 600000 610000 620000 630000 640000 650000 660000 670000 680000 690000 700000 710000 720000 730000 740000 750000 760000 770000 780000 790000 800000 810000 820000 830000 840000 850000 860000 870000 880000 890000 900000 910000 920000 930000 940000 950000 960000 970000 980000 990000 1000000

Em:

CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	JOÃO LUÍS AGUIAR MARQUES SALSA
Morada	RUA LUÍS PASTOR DE MACEDO, 42 - 6ºDTº 1750-160
Telefone	916 879 374
Correio electrónico	joaoasalsa@hotmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	17-01-1965

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2006 - 2016

Hospital Pulido Valente – Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE
Serviço de Instalações e Equipamentos
Assistente Técnico Manutenção de Equipamentos e Projectos de Instalações
Controlo de manutenção e aquisição de equipamentos de electromedicina, redes eléctricas, águas e gases medicinais. Assistência a projectos de alteração na construção de instalações
Avaliação do Desempenho - Bom

2003 - 2006

Hospital Pulido Valente
Serviço de Consultas Externas
Assistente de Consultas Externas e Internamento
Gestão de marcação de consultas, exames e internamentos
Avaliação do Desempenho - Bom

1990 - 2003

Dimensão 6, Lda
Design Gráfico e de Comunicação
Design Gráfico e de Equipamentos
Desenhador de equipamento e decoração
Desenhador gráfico, maquetista e produção gráfica - Infografia para páginas Web

1988 - 1990

CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal
Sector de Edição de Publicações
Desenhador/Paginador e Montador de Publicações
Desenho gráfico, maquetização e montagem
Fotografia

1984 - 1986

Moldiforma, Lda
Sector de Concepção e Produção - Serigrafia
Desenhador de Moldes para produção de peças de decoração

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

2015

Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Centro de Formação
Curso de Formação Profissional – Gestão de Conflitos Reclamações Atendimento

2014

Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Centro de Formação
Curso de Formação Profissional – Riscos Biológicos em Ambiente Hospitalar

2013

Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Centro de Formação
Curso de Formação Profissional – Riscos Relacionados com Atividade de Assistentes Técnicos

2012

Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Centro de Formação
Curso de Formação Profissional - Sistema Máximo

2009-2011

•Ministério da Ciência, Tecnologia e
Ensino Superior

Universidade Aberta
1º Ano - Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação
2º Ano - Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação (em curso)

2006 - 2007

- Hospital Pulido Valente
- Responsável por Instalações e Equipamento
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Centro de Formação
Curso de Gestão de Equipamentos

Gestor de equipamentos
Bom

2004

- Hospital Pulido Valente
- Consultas Externas e internamentos
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Centro de Formação
Curso de Qualidade no atendimento

Técnico Administrativo
Bom

2002

- Ensinus
- Escola de Novas Tecnologias de Informação
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Ensino Particular
Curso de Tecnologias de Informação e Comunicação

Técnico de Páginas WWW e Correio Electrónico
Muito Bom

1990 - 1991

- Ministério da Educação
- 12º Ano
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Escola António Arroio
5º Curso de Artes Visuais
Acesso ao Ensino Superior
Bom

1989 - 1990

- Ministério da Educação
- 11º Ano
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Escola António Arroio
Curso de Complementar de Artes Gráficas
Desenhador Gráfico
Bom



FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

1986 - 1988

- Ministério da Defesa
 - Polícia Aérea
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Força Aérea Portuguesa
Curso de Polícia
Polícia
Bom

1984 - 1986

- Ministério da Educação
 - 10º Ano
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Escola António Arroio
Curso de Complementar de Equipamento e Decoração
Desenhador de Equipamento
Bom

1984

- IEFP
 - 12º Ano
- Qualificação atribuída
- Classificação obtida

Instituto do Emprego e Formação Profissional
Curso de Desenho de Construção Civil
Desenhador de Construção Civil
Bom



APTIDÕES E COMPETÊNCIAS

Biblioteconomia, Arquivismo e Documentação
Informação, Comunicação e Documentação
Coordenação e Concepção de Publicações
Desenho Gráfico, de Equipamento e de Construção Civil.
Domínio em Ambiente Windows e Macintosh.
Desenho de equipamento e construção com base na aplicação Auto-CAD.
Desenho e concepção gráfica com base nas aplicações: QuarkXpress, Indesign, Freehand, Illustrator, Photoshop, Corel Draw, Acrobat.
Inglês fluente, falado e escrito - Capacidade de comunicação em Ambiente Hospitalar

LISTA DE INSTITUIÇÕES E ENTIDADES (TRABALHOS EFECTUADOS)

ANA – Aeroportos de Navegação Aérea, EP
ADIST – Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico
Ambinor – Gestão de Águas, Lda.
Ambitec
APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas
Arraiana – Associação para o Desenvolvimento da Região de Barrancos – Mourão
Associação de Estudantes do ISCTE
Associação Nacional dos Juizes de Basquetebol Avitel, Lda.
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE
CCE – Centro para a Conservação de Energia
CMA – Câmara Municipal de Almada
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CML – Câmara Municipal de Loures
CMVFX – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
CNIG – Centro Nacional de Informação Geográfica Correios de Macau
CSOPT – Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes
Diviril, Lda.
DGA – Direcção Geral do Ambiente
DGAA – Direcção Geral da Administração Autárquica
DGDR – Direcção Geral de Desenvolvimento Regional
DGE – Direcção Geral de Energia
DGF – Direcção Geral das Florestas
DRHS – Direcção dos Recursos Humanos da Saúde
DGRN – Direcção Geral dos Registos e Notariado
DGV – Direcção Geral de Viação
DMRU – Direcção Municipal de Reabilitação Urbana da C.M.Lisboa
DRAA – Direcção Regional do Ambiente do Alentejo
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva
Embaixada de França
Engidro – Estudos de Engenharia
Farmodiética, Lda.
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FO – Fundação Oceanis
Gabinete Do Gestor do PEDIP
GAERE – Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas
Hidromod, Lda.
HPV – Hospital Pulido Valente
HSJ – Hospital de São José
IA – Instituto da Água
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
IGM – Instituto Geológico Mineiro
ICN – Instituto de Conservação da Natureza
IGP – Instituto Geográfico Português
IGP – Inspeção Geral das Pescas
IICT – Instituto de Investigação Científica e Tropical
IM – Instituto de Meteorologia
INR – Instituto Nacional de Resíduos
INFARMED – Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento
IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental
IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
IST – Instituto Superior Técnico
ITEC – Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária
ITN – Instituto Tecnológico Nuclear
JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
LIP – Laboratórios de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
Lisconsult, SA
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MA – Ministério do Ambiente
MESS – Ministério do Emprego e da Segurança Social
Movijovem
MRH – Mudança e Recursos Humanos
Neosis
Optimun – Gestão e Serviços de Águas de Lisboa
PNRF – Parque Natural da Ria Formosa
PNSSM – Parque Natural da Serra de São Mamede
Recolte – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, SA
RNCM – Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António
RNSM – Reserva Natural da Serra da Malcata
SCLI – Sociedade Comercial Luso Italiana
SEALOP – Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território
SEPDR – Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional
SPA – Sociedade Portuguesa de Autores
SMA – Secretariado para a Modernização Administrativa
SMP – Sport Marketing Portugal
Tagusparque – Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa
Techninvest – Técnicas e Serviços para o Investimento
Teófilo Fontainhas Neto, SA
UE – Universidade de Évora

Lisboa, 08 de Abril 2016
João Luís Aguiar Marques Salsa



DECLARAÇÃO

-----Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, declara-se que segundo informação do Coordenador do Serviço de Instalações e Equipamentos do Pólo HPV **João Luís Aguiar Marques Salsa**, com a categoria de Assistente Técnico, em regime de contrato por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, executa as seguintes tarefas:-----

-----Receber as solicitações de serviço na aplicação informática, verificar o seu preenchimento e encaminhar para o Gabinete de Engenharia – Grupo Técnico HPV;-----

-----Imprimir e enviar ao Encarregado as Ordens de Serviço de execução interna e já aprovadas pelo Gabinete de Engenharia;-----

-----Atendimento telefónico;-----

-----Dar saída e entrada dos equipamentos para reparação com emissão da respetiva guia de transporte e registo das localizações na aplicação informática;-----

-----Receber, movimentar e arquivar toda a documentação enviada e criada no serviço;-----

-----Apoiar a atividade do Armazém do material e manutenção;-----

-----Apoiar o Gabinete técnico nas tarefas de natureza administrativa.-----

-----Centro Hospitalar Lisboa Norte E.P.E., 18 de março de 2016.-----

A Diretora do Serviço de Recursos Humanos


Ana Correia Lopes

/AS – 38333
828/UP/2016

SERVIÇO DE
RECURSOS HUMANOS

Av. Professor Egas Moniz
1649-035 LISBOA
Tel: 217 805 000 – Fax: 217 805 610

www.chln.pt

Alameda das Linhas de Torres, 117
1769-001 LISBOA
Tel: 217 548 000 – Fax: 217 548 215

www.chln.pt





Serviços Sociais
Polícia de Segurança Pública

Entrada nº 3443/SS/2016

Data 15/04/2016

Destinatários

Secretário-geral ☐

Chefe da Área Financeira e Patrimonial ☒

Chefe da Área de Ação Social ☐

Chefe da Unidade de Gestão ☐

Recebido em / /

Assinatura

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

Código de candidato

Av. N.º 2985/2016

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do
candidato:

BERNARDETE LOÍZ DA SILVA

FARTINHA

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico/a Categoria Assistente Técnico/a

Área de actividade Administração e Finanças - Secção de Logística

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Candidaturas admitidas e excluídas provisoriamente

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Considero que a exclusão da minha candidatura se deve a um erro ou mero engano, uma vez que o fundamento invocado para tal afastamento se revela infundado. Com efeito, a exigência de detenção prévia de relação jurídica de emprego público não se encontra prevista no ponto 7, relativo aos requisitos de admissão ao concurso em causa, do artigo de assinatura pública do Diário da República.

Tenho em que, muito respeitosamente, solicito a devida re-admissão da minha candidatura.



DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____